

A MANIFESTAÇÃO DOS DISCURSOS HOSTIS DIRECIONADOS À COMUNIDADE LGBTQIAPN+ EM CULTOS RELIGIOSOS NO BRASIL

THE MANIFESTATION OF HOSTILE SPEECHES DIRECTED TOWARDS THE LGBTQIAPN+ COMMUNITY IN RELIGIOUS SERVICES IN BRAZIL

Rodrigo Ribeiro dos Santos¹
Marcus Antônio Assis Lima²

Resumo: o artigo investiga os discursos de ódio contra a comunidade LGBTQIAPN+ proferidos durante cultos religiosos no Brasil, especialmente após a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Utilizando a análise semiolinguística do discurso de Charaudeau e as teorias dos Atos de Fala de Austin, o estudo explora como líderes religiosos, como o pastor André Valadão, distorcem a liberdade de expressão para incitar hostilidade e violência. O artigo analisa reportagens que documentam esses discursos, que não só marginalizam, mas também legitimam a violência física e simbólica contra a comunidade LGBTQIAPN+. O fenômeno é contextualizado pela necropolítica de Mbembe e o biopoder de Foucault, destacando como esses discursos refletem e reforçam práticas de controle e exclusão social. Ao explorar a conexão entre liberdade religiosa, discurso de ódio e seus impactos na sociedade, o estudo propõe a desconstrução dessas ideologias para promover um ambiente de respeito e inclusão.

Palavras-chave: Comunidade LGBTQIAPN+; Performatividade; Análise do Discurso; LGBTQIAPN+fobia.

Abstract: this article investigates hate speech against the LGBTQIAPN+ community during religious services in Brazil, especially after the election of Jair Bolsonaro in 2018. Using Charaudeau's semiolinguistic discourse analysis and Austin's Speech Act theories, the study explores how religious leaders, such as Pastor André Valadão, distort freedom of expression to incite hostility and violence. The article analyzes news reports that document these speeches, which not only marginalize but also legitimize physical and symbolic violence against the LGBTQIAPN+ community. The phenomenon is contextualized by Mbembe's necropolitics and Foucault's biopower, highlighting how these speeches reflect and reinforce practices of control and social exclusion. By exploring the connection between religious freedom, hate speech, and their impacts on society, the study proposes the deconstruction of these ideologies to promote an environment of respect and inclusion.

Keywords: LGBTQIAPN+ Community; Performativity; Discourse Analysis; LGBTQIAPN+phobia.

¹ Natural de Nova Canaã (BA), filho de Celenilza Ribeiro e Irisvaldo Santos. Graduado em Letras – Inglês pela UNINASSAU, mestrando em Letras pela UESB e jornalista em formação. Atua há mais de seis anos como professor de inglês em diversas cidades do sudoeste baiano. Possui formação em instituições como Wizard e The Place English School, com foco em conversação e tradução. Participou de programas educacionais como o Mais Educação e o Mais Alfabetização. Sua pesquisa atual investiga narrativas de vida LGBTQIAPN+ a partir da semiolinguística, aliando compromisso acadêmico e militância social.

² Possui pós-doutorados em Linguagens e Representações (PPGLLR/UESC, 2018) e em Media Communications (Goldsmiths College/University of London, 2013/2014 - bolsista CAPES), concluiu o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais em 2008 (linha de pesquisa: Análise do Discurso) e o mestrado em Comunicação e Sociabilidade, pela mesma universidade, em 2000; graduou-se em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo em 1991. Atualmente é Professor Pleno, dedicação exclusiva, do Curso de Jornalismo (2006) e do Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagem (2012), na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Atua também como Professor Permanente no Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Representação, da Universidade estadual de Santa Cruz (UESC), desde 2021. É Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens - PPGCEL (2023 - 2025) e do GT Homocultura e Linguagens da ANPOLL (2021 - 2023).

1 INTRODUÇÃO

Este estudo baseia-se nas pesquisas sobre Análise Semiolinguística do Discurso, proposta por Charaudeau (2008, 2019) e adaptada por Machado (2015, 2022). Ademais, fundamenta-se nas teorias dos Atos de Fala, discutidas por Austin (1990), e nos estudos sobre performatividade de gênero, defendidos por Butler (2003), e reforçados por Joana Plaza (1999).

[...] para definir gênero, é uma nominalização do verbo stylize, cuja melhor tradução seria fazer conformar a um dado estilo ou tornar convencional. Esse termo, portanto, tem menos a ver com estilo subjetivo (como no uso em português de estudos estilísticos), e muito mais com a repetição de normas sociais rígidas para convencionar práticas e comportamentos sociais (Plaza, 1999, p. 43-44).

A noção de performatividade de gênero, conforme proposta por Judith Butler (2003), desafia os sistemas normativos que sustentam concepções essencialistas e binárias sobre identidade de gênero. Tais sistemas se expressam por meio de normas cisgêneras, heteronormativas, machistas e patriarcais, que atuam como dispositivos de controle social e cultural, regulando comportamentos e expectativas em torno dos corpos e das identidades. A cisnormatividade pressupõe que a identidade de gênero deve corresponder ao sexo atribuído no nascimento, enquanto a heteronormatividade estabelece a heterossexualidade como padrão obrigatório, excluindo e marginalizando outras formas de vivência sexual e afetiva (Louro, 1997; Bento, 2006). Paralelamente, as estruturas machistas e patriarcais reforçam a hierarquização entre os gêneros, naturalizando a dominação masculina e a submissão feminina, tanto no espaço público quanto privado (Scott, 1995). Essas normas se manifestam em discursos cotidianos aparentemente inofensivos, como a associação de cores a determinados gêneros (“meninos vestem azul, meninas vestem rosa”), a rejeição da vaidade masculina ou a imposição de que mulheres devem ocupar exclusivamente o espaço doméstico. Contudo, tais imposições ignoram a fluidez do gênero e a multiplicidade de expressões identitárias. A teoria da performatividade afirma que o gênero não é uma essência inata, mas o resultado de atos reiterativos que produzem efeitos de naturalização. Nesse sentido, resistir a essas normas é um ato político que reivindica o direito de expressar identidades de forma autêntica, subvertendo os mecanismos de dominação que historicamente operam sobre os corpos dissidentes.

Essas performances fazem parte da nossa construção identitária, pois não somos seres estagnados em uma época. A identidade se constrói ao longo do tempo, através de nossas vivências, lutas, amores e, principalmente, pela interação com a sociedade em que vivemos. A identidade é um processo de construção contínua, resultado do confronto entre diferentes

discursos. Ela se forma, em grande parte, a partir da maneira como somos representados pela sociedade e do olhar dos outros, ou seja, da percepção externa sobre quem somos (Rocha, 2019).

Dando continuidade à reflexão sobre a identidade construída pela linguagem e pelo contexto social em que estamos inseridos, é possível analisar o impacto dos atos de fala na sociedade. Para Austin, (1990, p. 6), “o proferimento da sentença é, ou faz parte de uma ação”, ou seja, ao dizer algo, realizamos um ato. Os atos de fala, segundo o autor, revelam que as enunciações linguísticas não são apenas representações do mundo, mas ações capazes de transformá-lo.

Entre esses atos, Austin distingue os atos performativos, que realizam a ação no próprio momento em que são ditos (como prometer, batizar, declarar), e os atos constativos, que apenas descrevem ou constatarem estados de coisas no mundo (Austin, 1990, p. 4-6). O autor também propõe três níveis de análise do ato de fala: o ato locutório, que se refere ao próprio enunciado e à articulação linguística necessária para produzi-lo; o ato ilocutório, que corresponde à intenção do falante e à força que acompanha o dizer (como ordenar, afirmar, prometer); e o ato perlocutório, que diz respeito ao efeito da fala sobre o ouvinte, podendo provocar sentimentos, reações ou ações (Austin, 1990, p. 94-108). O ato perlocutório pode ainda se manifestar de forma explícita ou implícita, dependendo da interpretação do interlocutor e do contexto da enunciação.

A partir dessas ferramentas teóricas, propomo-nos a analisar os efeitos dos discursos de ódio proferidos durante cultos religiosos no Brasil, especialmente após a eleição de Jair Bolsonaro. Em um país que lidera os índices de assassinatos de pessoas LGBTQIAPN+, tais discursos tornam-se ainda mais letais, intensificando uma violência simbólica que, por vezes, se converte em violência física, configurando uma verdadeira perseguição à comunidade LGBTQIAPN+³.

Justifica-se este estudo pela urgência de compreender os impactos dos discursos religiosos no cenário social e político brasileiro atual, sobretudo no que tange à legitimação da violência simbólica e material contra sujeitos LGBTQIAPN+. Este artigo tem como objetivo principal investigar como os discursos religiosos, com ênfase no campo protestante e católico, têm operado como ferramentas de disseminação do ódio, moldando subjetividades, reforçando estruturas conservadoras e influenciando diretamente o cenário político contemporâneo.

Para tal análise, tomamos como corpus os discursos do pastor André Valadão, líder da Igreja Batista da Lagoinha, figura que atualmente se destaca como uma das vozes mais influentes na propagação de discursos de ódio contra a comunidade LGBTQIAPN+.

³A sigla LGBTQIAPN+ refere-se a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Pessoas Não Binárias e outras identidades de gênero e orientações sexuais que compõem a comunidade. Seu uso neste trabalho busca reconhecer a diversidade de sujeitos historicamente marginalizados. Ainda que o termo “gay” apareça com mais frequência em discursos de ódio, a violência atinge todo o espectro representado pela sigla, o que reforça a importância de uma abordagem inclusiva.

frequentemente utilizando o púlpito como espaço de articulação política alinhada ao conservadorismo. Como forma de balancear a análise e evitar uma abordagem unilateral, incluímos também o discurso do padre Paulo Ricardo, representante da ala mais tradicionalista da Igreja Católica, com o intuito de examinar como diferentes segmentos cristãos constroem seus enunciados em torno da sexualidade, da política e da liberdade religiosa.

Nos próximos tópicos, abordaremos: a eleição presidencial e suas consequências, analisando como o processo eleitoral reconfigurou o espaço discursivo e legitimou determinados posicionamentos religiosos e ideológicos; a metodologia utilizada nesta pesquisa; uma reflexão sobre a liberdade de expressão e seus limites, discutindo o que configura discurso de ódio dentro da legalidade brasileira; em seguida, trataremos sobre o poder dos discursos e suas consequências, compreendendo como tais enunciados podem legitimar práticas sociais discriminatórias; e, por fim, trataremos as considerações finais, nas quais refletiremos sobre os achados do estudo e suas implicações para o debate sobre religião, política e diversidade no Brasil contemporâneo.

2 A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Em 2018, no Brasil, iniciava-se o trigésimo-segundo pleito eleitoral presidencial desde Deodoro da Fonseca. Após o golpe contra Dilma Rousseff em 2016, a direita brasileira emergia com um novo nome, um “salvador da pátria”, um falso “messias” que trazia como valores fundamentais de sua campanha “Deus, Pátria e Família”, impondo o Deus que ele professava a um país laico e defendendo um único modelo de família que, para ele, seria o ideal e correto. Seus discursos de ódio eram direcionados contra todos que não se enquadravam ou se opunham às suas ideologias, mas, principalmente, contra os homossexuais.

Diante de uma democracia fragilizada pelos acontecimentos recentes, os discursos de Bolsonaro encontraram terreno fértil nos corações de muitos brasileiros que acreditavam ser ele o homem que mudaria a história do país. Suas falas conservadoras e preconceituosas contra a comunidade LGBTQIAPN+ fizeram com que líderes religiosos, como pastores, padres e outras autoridades cristãs, o acolhessem e levassem toda sua ideologia para os púlpitos e altares, tornando-se cabos eleitorais do inominável. A eleição desse senhor para a presidência da República fez com que muitas pessoas revelassem seus preconceitos latentes, pois, após suas palavras, muitos encontraram liberdade e apoio para destilar suas falas e atos preconceituosos, especialmente durante os cultos religiosos, onde, usando a autoridade concedida pela religião, proferiam hostilidades contra a comunidade LGBTQIAPN+.

Os encontros religiosos passaram a ser verdadeiros comícios, nos quais se impunha aos fiéis a figura do presidente como representante e defensor do modelo de família ideal,

supostamente criado por Deus. Além disso, os líderes religiosos começaram a usar seus cultos para proferir hostilidades contra a comunidade LGBTQIAPN+, dizendo barbaridades e, muitas vezes, desejando até a morte das pessoas LGBTQIAPN+. Ao analisar esses discursos, mobilizo as pesquisas sobre atos de fala e a performatividade do discurso de John Austin (1990) e do professor Kanavillil Rajagopalan (2003); conforme Renato Corcioli (2019, p. 22), “[...] a linguagem serve para alterar e criar realidades, e não somente para descrevê-las ou representá-las.”

Esse fenômeno pode ser analisado também à luz do biopoder, conceito trazido por Michel Foucault, que, segundo ele, “surge como uma forma de poder que regula a vida em sua totalidade, articulando dispositivos que operam desde o nível individual até o coletivo, visando otimizar a gestão da vida” (Foucault, 1979, p. 140).

Achille Mbembe por sua vez, contribui para essa discussão com o conceito da necropolítica, que afirma: “[...] a necropolítica se refere ao exercício do poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Mais do que o poder de controlar a vida, trata-se de decidir sobre a morte” (Mbembe, 2016, p. 123). Nesse sentido, a necropolítica ajuda a compreender como a figura do presidente eleito utilizava-se do poder para legitimar discursos de exclusão e até mesmo de violência contra determinadas populações. Quando confrontamos o biopoder com a necropolítica, percebemos que “[...] a necropolítica é, de certa forma, um prolongamento do biopoder, no qual a regulação da vida é levada ao extremo de legitimar práticas de extermínio” (Mbembe, 2016, p. 126).

A articulação entre biopoder e necropolítica permite entender como discursos conservadores e religiosos podem se transformar em ferramentas de controle social e de eliminação simbólica ou física de grupos considerados desviantes ou indesejáveis, como a comunidade LGBTQIAPN+.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, ancorada na Análise do Discurso Semiolinguística, com o objetivo de compreender como os discursos de ódio proferidos contra a comunidade LGBTQIAPN+ se manifestam no contexto dos cultos religiosos no Brasil e como esses discursos articulam relações de poder, exclusão e normatização.

A coleta de dados empíricos foi realizada em março de 2025, a partir de uma busca no mecanismo de pesquisa *Google* com a seguinte frase: “discursos de ódio proferidos contra a comunidade LGBTQIAPN+ durante os cultos religiosos no Brasil”. Essa frase foi escolhida com o intuito de identificar enunciados explícitos relacionados à temática de violência simbólica praticada em ambientes religiosos. É importante destacar que os resultados da busca variam conforme o histórico de navegação, localização geográfica e perfil algorítmico de cada usuário, um fenômeno amplamente discutido por diversos estudos sobre

personalização algorítmica da informação. Isso significa que, se outra pessoa realizasse a mesma busca com os mesmos termos, poderia se deparar com resultados distintos, o que levanta discussões epistemológicas importantes sobre o acesso ao conhecimento e a produção de sentidos na era digital.

Durante a análise dos resultados, observou-se uma recorrência significativa de matérias associando discursos homofóbicos ao pastor da Igreja Batista da Lagoinha, André Valadão. A cada cinco matérias exibidas nas primeiras páginas, pelo menos duas destacavam falas desse líder religioso, o que motivou sua escolha como foco da análise. Foram, então, selecionadas três reportagens jornalísticas como corpus da pesquisa: CartaCapital – “Pastor bolsonarista André Valadão diz que evangélicos deveriam matar LGBTs” (CARTA CAPITAL, 2023); Correio Braziliense – “Pastor André Valadão condena comunidade LGBTQIAP+: “Deus odeia o orgulho” (CORREIO BRAZILIENSE, 2023); e UOL – “Na TV, padre diz que gays são ‘anormais” (UOL, 2015).

Esses textos foram selecionados com base em sua circulação midiática, clareza na exposição dos enunciados de ódio e representatividade das práticas discursivas veiculadas em espaços religiosos.

A análise dos discursos foi realizada à luz da abordagem semiolinguística de Patrick Charaudeau (2008), que compreende a linguagem como uma prática social atravessada por condições de produção específicas, nas quais o sujeito é determinado por suas inserções socioculturais, institucionais e ideológicas. Tal abordagem permite compreender como os sentidos são construídos no interior de dispositivos discursivos marcados por relações de poder.

Para aprofundar a discussão sobre os efeitos desses discursos na constituição das subjetividades e no controle social, a pesquisa também se fundamentou nos conceitos de biopoder, formulado por Michel Foucault (1988), e de necropolítica, de Achille Mbembe (2018). É importante ressaltar que ambos os autores não se referem à “linguagem” em si, mas sim ao “discurso” como prática material de poder (Foucault) e à articulação entre discurso e dispositivo (Mbembe), ou seja, a um conjunto de estratégias que envolvem saber, poder e instituições.

Segundo Foucault, ao tratar do biopoder, mostra como os discursos religiosos contribuem para a produção de normas que regulam a vida e os corpos, definindo o que é aceitável ou desviante, legítimo ou abjeto. Em Mbembe, a necropolítica permite compreender como certos grupos são sistematicamente expostos à morte simbólica, social ou física, sendo considerados matáveis ou indesejáveis pelo discurso dominante.

Dessa forma, o presente estudo busca evidenciar como os discursos religiosos analisados não apenas reforçam práticas excludentes, mas também funcionam como instrumentos de controle e dominação, que contribuem para a perpetuação de violências estruturais contra a população LGBTQIAPN+.

4 LIBERDADE DE EXPRESSÃO E SEUS LIMITES

A liberdade de expressão é um dos pilares fundamentais de uma sociedade democrática. Prevista no artigo 5º, inciso IX, da Constituição Federal de 1988, esta garantia assegura o direito de manifestar opiniões, ideias e crenças sem censura prévia. Contudo, essa liberdade não é absoluta, sendo limitada por outros direitos igualmente protegidos, como a dignidade da pessoa humana e o direito à igualdade. No contexto brasileiro, a tensão entre a liberdade de expressão e o combate aos discursos de ódio é particularmente relevante, especialmente no âmbito dos discursos religiosos que, por vezes, promovem preconceito contra a comunidade LGBTQIAPN+.

A liberdade de expressão é regulamentada por diversos tratados internacionais ratificados pelo Brasil, como o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de *San José* da Costa Rica). Esses instrumentos reconhecem a importância da liberdade de expressão, mas também estabelecem limites, incluindo a proibição de apologia ao ódio que incite discriminação, hostilidade ou violência (ONU, 1966; OEA, 1969).

No cenário nacional, o Supremo Tribunal Federal (STF) reafirma que a liberdade de expressão deve ser exercida em conformidade com os princípios da dignidade humana e da proibição ao preconceito. Em decisão histórica no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26, o STF reconheceu a homotransfobia como uma forma de racismo, criminalizada pela Lei nº 7.716/1989.

No Brasil, líderes religiosos frequentemente utilizam seus púlpitos para disseminar mensagens que, sob o pretexto de liberdade religiosa e de expressão, reforçam estereótipos negativos e incitam preconceito contra pessoas LGBTQIAPN+. Declarações como “práticas abomináveis” e “ameaça à família tradicional” são comuns em sermões e redes sociais de pastores e padres.

Tais discursos contribuem para a formação de um ambiente marcado pela intolerância e pela violência simbólica, reforçando mecanismos de exclusão social direcionados à população LGBTQIAPN+. Além de representarem uma violação aos direitos humanos, podem também assumir caráter criminoso, ao estimularem comportamentos de ódio e incitação à violência.

O caso do pastor Silas Malafaia é emblemático no debate sobre os limites da liberdade de expressão religiosa. Em 2016, Malafaia foi denunciado pelo Ministério Público por discursos considerados homofóbicos. Embora tenha se defendido alegando liberdade religiosa, o caso trouxe à tona a necessidade de compatibilizar direitos fundamentais (STF, RE 1.010.606).

Outro exemplo relevante é a decisão do STF no caso da Marcha para Jesus de 2011, em que líderes religiosos utilizaram o evento para atacar publicamente pessoas LGBTQIAPN+. A Corte destacou que a liberdade de expressão não protege discursos que violem os direitos de terceiros.

A propagação de discursos de ódio por líderes religiosos tem consequências graves para a comunidade LGBTQIAPN+. De acordo com o Relatório Anual do Grupo Gay da Bahia (2022), o Brasil lidera o ranking mundial de assassinatos de pessoas LGBTQIAPN+. com discursos de ódio contribuindo para a perpetuação dessa violência.

Embora a liberdade de expressão seja um direito fundamental, seu abuso para disseminar ódio contra a comunidade LGBT não pode ser tolerado em uma sociedade que preza pela igualdade e pela dignidade humana. O equilíbrio entre liberdade religiosa e proteção contra o preconceito requer um compromisso coletivo com os princípios democráticos e os direitos humanos.

5 O PODER DOS DISCURSOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Com todos os acontecimentos e a influência do então presidente do Brasil, os discursos de ódio enunciados contra a comunidade LGBTQIAPN+ intensificaram-se, retratando essas pessoas como seres inferiores e indignos de terem uma família ou uma vida digna. Esse ambiente criou uma sensação de licenciabilidade, fazendo com que muitos se sentissem no direito de hostilizar e amaldiçoar todos as pessoas LGBTQIAPN+, especialmente em igrejas cristãs que, ao abandonarem a pregação do amor, passaram a adotar um discurso de extermínio em nome de Deus. O verbo amaldiçoar foi escolhido porque ele reflete a intensidade e o caráter de condenação explícita e simbólica associado ao discurso de ódio. Esse verbo traz à tona a ação de desejar o mal ou a destruição do outro, uma característica fundamental dos ataques direcionados à comunidade LGBTQIAPN+, que são muitas vezes tratados como “alvos” de desprezo ou até mesmo de vingança divina. Esse fenômeno é exemplificado pelos comentários do pastor André Valadão, proferidos durante um culto religioso.

Aqui, a escolha do verbo amaldiçoar é justificada pelo seu papel em intensificar a análise sobre a violência simbólica, não só verbal, direcionada à comunidade LGBTQIAPN+.

(1) “Agora é a hora de tomar as cordas de volta e dizer: Pode parar, reseta! Mas Deus fala que não pode mais”, afirma o pastor. “Ele diz, ‘já meti esse arco-íris aí. Se eu pudesse, matava tudo e começava de novo. Mas prometi que não posso, agora tá com vocês” (**CartaCapital**).

(2) “Agora, tá com vocês! Deus deixou o trabalho sujo para nós” (**CartaCapital**).

(3) “Deus odeia o orgulho” (**Correio Braziliense**).

Essas declarações são ilustrativas de como líderes religiosos, como Valadão, usam a retórica religiosa para justificar e incitar o ódio, contribuindo para a marginalização e violência contra a comunidade LGBTQIAPN+.

No primeiro comentário, retirado da CartaCapital, podemos observar que o pastor André Valadão deixa claro que, segundo ele, a vontade de Deus era acabar com o mundo por causa das pessoas LGBTQIAPN+. Ele argumenta que isso não ocorre devido à nova aliança, referindo-se de maneira irônica ao arco-íris ao dizer “já meti esse arco-íris aí”, zombando do símbolo central dos movimentos e lutas LGBTQIAPN+. Ele ainda afirma que, se Deus estivesse presente, mataria todos os homossexuais.

No segundo comentário, também publicado pela CartaCapital, Valadão garante, afirma e convoca seus fiéis a realizarem o trabalho de extermínio, matando todos os gays, pois, segundo ele, Deus não o fez. Ele argumenta que é responsabilidade dos “homens de bem” e da “família tradicional” manter a ordem e a decência. Ao declarar que “Deus deixou o trabalho sujo para nós”, ele chama os membros da comunidade LGBTQIAPN+ de sujas, afirmando que essas pessoas devem ser eliminadas para “limpar” o Brasil e o mundo dessas pessoas impuras, pecaminosas e devassas.

O terceiro comentário, publicado pelo Correio Braziliense, refere-se ao mês do orgulho LGBTQIAPN+, celebrado em junho, com várias programações de conscientização contra todo e qualquer tipo de preconceito, exaltando o direito de amar e ser amado. Durante esse período, ocorre a maior parada LGBTQIAPN+ do mundo na cidade de São Paulo. Nesse contexto, Valadão usou um culto para declarar que “Deus odeia o orgulho”, mais uma afirmação do pastor de que as pessoas LGBTQIAPN+ são odiadas e excluídas pelo seu Deus.

Este contexto demonstra como a linguagem e os discursos podem ser ferramentas poderosas na construção de realidades sociais e na perpetuação de ideologias discriminatórias. Valadão, ao utilizar sua posição de autoridade religiosa, legitima a violência e a discriminação ao criar uma narrativa na qual a eliminação da comunidade LGBTQIAPN+ é vista como um ato de fé. Ao distorcer o direito à liberdade de expressão para incitar o ódio, ele exemplifica como a retórica religiosa pode ser instrumentalizada para fins opressivos, exacerbando a marginalização e colocando vidas em risco.

A análise desses discursos, com base nos estudos de Charaudeau (2008) e Austin, (1990), revela a profundidade das relações de poder e a maneira como a linguagem é utilizada para consolidar ideologias e práticas sociais que perpetuam a exclusão e a violência. É fundamental que essas práticas sejam desafiadas e desconstruídas, promovendo um ambiente de respeito, inclusão e igualdade para todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Esses atos de fala explícitos, conforme explicados por Austin, geraram e ainda geram muitos danos às pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ no Brasil, uma vez que a performatividade desses discursos tem legitimado muitas mortes e agressões motivadas pela LGBTQIAPN+ fobia em nome de Deus. A destilação de ódio não se restringe apenas ao pastor Valadão; um padre católico, identificado como Ricardo, também usou uma missa para enunciar seu ato homofóbico.

(4) “homossexuais são pessoas anormais, comparando as relações dos gays com pedofilia” (UOL).

(5) “Pessoas do mesmo sexo não podem ficar juntos: “Seleção natural não faz isso. Você acreditar que um animal vai se criar com alguém do mesmo sexo? Cientificamente é impossível. Como é que duas pessoas com a mesma chave vão fazer isso? Quem é homem, levanta a mão. Quem tem dúvida, não precisa levantar e não levanta. E eu falo de você que pensa que aquilo (homossexuais) é normal. É anormal” (UOL).

De acordo com o enunciado quatro publicado pela UOL, o padre proferiu declarações altamente ofensivas, afirmando que as pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ não são normais, são anomalias. Ele chegou a acusar os membros dessa comunidade de pedofilia⁴, incitando ainda mais o ódio entre os fiéis presentes ou aqueles que tiveram acesso a essa retórica de ódio através das mídias, potencialmente resultando em atos homofóbicos ao associar a homossexualidade ao crime de pedofilia, quando na verdade sabemos bem onde ocorre a maioria desses atos pedófilos.

No comentário cinco publicado pela UOL, o padre comparou pessoas homossexuais a animais, argumentando que, por serem da mesma espécie, não podem procriar e que isso subverte a lógica do sexo para procriação, considerada pecaminosa segundo os dogmas cristãos. O padre ainda hostilizou as pessoas presentes ao pedir que “levantassem as mãos aqueles que se consideram homens de verdade”, enquanto aqueles que têm dúvidas não deveriam levantar, expondo-as ao ridículo. Essa atitude reforça a crença de que gays e lésbicas são anormais, fornecendo subsídios para que pessoas LGBTQIAPN+ sejam desprezadas, maltratadas e deixadas à mercê de uma sociedade cristã, preconceituosa, LGBTQIAPN+ fóbica e patriarcal.

Esses enunciados exemplificam como líderes religiosos utilizam a retórica para disseminar ódio e discriminação, influenciando negativamente a percepção da comunidade LGBTQIAPN+ na sociedade. Ao associar homossexualidade a crimes graves como pedofilia e ao ridicularizar e desumanizar indivíduos com orientações sexuais diferentes, esses líderes contribuem para a perpetuação de um ambiente de intolerância e violência. Segundo Mbembe (2018), práticas discursivas que promovem a desumanização se conectam ao conceito de necropolítica, pois colocam determinados grupos em uma posição de morte

⁴ Casos de abuso sexual envolvendo líderes religiosos têm sido amplamente documentados em diferentes contextos históricos e geográficos. A Igreja Católica, em especial, esteve no centro de investigações internacionais, como a conduzida nos Estados Unidos pelo Relatório John Jay (2004), que identificou mais de 10 mil denúncias de abuso sexual de menores por parte de cerca de 4.400 padres entre 1950 e 2002. No Brasil, a Revista Piauí (2022) destacou que há pelo menos 100 denúncias de abuso contra padres católicos formalizadas nos últimos anos, número que pode ser muito maior em razão da subnotificação e da omissão institucional. Igrejas evangélicas também têm sido palco de escândalos semelhantes, embora menos documentados sistematicamente. Reportagem do Fantástico (TV Globo, 2022) revelou casos de abuso sexual praticados por pastores contra fiéis, inclusive crianças e adolescentes, muitas vezes acobertados por lideranças das próprias denominações. Essas ocorrências revelam não apenas práticas individuais criminosas, mas dinâmicas estruturais de poder, silêncio e impunidade dentro de instituições religiosas que gozam de elevada autoridade moral e social.

social ou física, perpetuando uma lógica onde a vida de certos indivíduos é considerada descartável.

A análise desses discursos, com base nos estudos de Charaudeau (2008) e Austin, (1990), mostra como a linguagem pode ser usada para manipular e reforçar ideologias discriminatórias. Além disso, Foucault (1979) destaca que o biopoder opera ao regular corpos e populações, moldando comportamentos e impondo normas que excluem aqueles que fogem do padrão considerado “normal”. A performatividade desses discursos tem um impacto real e tangível na vida das pessoas LGBTQIAPN+, legitimando a violência e a exclusão. É essencial que esses discursos sejam confrontados e desconstruídos para promover uma sociedade mais justa e igualitária, onde todas as pessoas sejam respeitadas e valorizadas independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que os efeitos causados pelos atos de fala, inicialmente enunciados por Bolsonaro e posteriormente capitaneados por líderes religiosos durante cultos, tomaram proporções gigantescas no Brasil, país que já carrega o título de nação que mais mata pessoas da comunidade LGBTQIAPN+. Com a validação do então presidente da República e a perseguição aos gays incentivada por pastores e padres, a população se sentiu no direito de cometer diversos crimes contra a comunidade LGBTQIAPN+. Casais passaram a ser hostilizados por estarem de mãos dadas e desejarem constituir uma família, direito esse garantido por lei a todos.

De acordo com o Grupo Gay da Bahia, em pesquisa realizada em 2021, 38% das vítimas LGBTQIAPN+ mortas em 2019 eram mestiços e negros, enquanto 36% se definiam como brancos. Embora a maioria dos assassinatos envolva pessoas homossexuais (63% das vítimas, incluindo 10% lésbicas e 53% gays), os transexuais e travestis ocupam uma proporção elevada nessas estatísticas, com 124 pessoas assassinadas em 2019, mais de um terço do número total das vítimas registradas, segundo dados apresentados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA).

Segundo o G1, o Brasil registrou um aumento de mais de 50% nos casos de racismo e homofobia em 2022, conforme mostra o Anuário de Segurança Pública. Foram 2.458 ocorrências de crimes por preconceito de raça ou cor e 488 registros de homofobia ou transfobia. Além disso, mais de 2,3 mil pessoas LGBTQIAPN+ foram agredidas. Esses são apenas alguns dos efeitos da performatividade dos discursos de ódio implícitos e explícitos proferidos por Bolsonaro, pela bancada da bíblia no Congresso Nacional e pelos seus fiéis seguidores (pastores e padres) da direita ultraconservadora do Brasil.

REFERÊNCIAS

- AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**: palavras e ações. Tradução de Danilo Marcondes. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 abr. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 6 jan. 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 18 abr. 2025.
- BRASIL DE FATO. Violência, violação e desigualdade aumentaram sob Bolsonaro, diz grupo internacional. **Brasil de fato**, 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/01/19/violencia-violacao-e-desigualdade-aumentaram-sob-bolsonaro-diz-grupo-internacional>. Acesso em: 18 abr. 2025.
- BUTLER, J. **Bodies that matter**: on the discursive limits of “sex”. New York: Routledge, 1993.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARTACAPITAL. Pastor bolsonarista André Valadão diz que evangélicos deveriam 'matar' LGBTs. **Carta capital**, 3 jul. 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/pastor-bolsonarista-andre-valadao-diz-que-evangelicos-deveriam-matar-lgbts/>. Acesso em: 18 abr. 2025.
- CHARAUDEAU, P. **Linguagem e Discurso**. São Paulo: Ed. 2, Contexto, 2019.
- CHARAUDEAU, P. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: **Análise do Discurso: Princípios e Procedimentos**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 59-95.
- CORCIOLI, Renato. **Judith Butler e a crítica à violência**: por uma filosofia da não violência. São Paulo: Autêntica, 2019.
- CORREIO BRAZILIENSE. Pastor André Valadão condena comunidade LGBTQIAP: “Deus odeia o orgulho”. **Correio Braziliense**, 05 jun. 2023. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/06/5099724-pastor-andre-valadao-condena-comunidade-lgbtqiap-deus-odeia-o-orgulho.html>. Acesso em: 18 abr. 2025.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução de Ana Maria Machado. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1988.
- FOUCAULT, M. **The History of Sexuality**: Volume 1 - An Introduction. New York: Pantheon Books, 1978.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2014.
- GRUPO GAY DA BAHIA. **Relatório Anual de Violência contra LGBT no Brasil**. Salvador: GGB, 2022.
- LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1997.

MACHADO, Ida Lucia. A narrativa de vida como materialidade discursiva. **Revista da ABRALIN**, v. 14, n. 2, p. 95-108, 2015.

MACHADO, Ida Lucia. O romance como materialidade discursiva. **Gráuks – Revista de Letras e Artes**, v. 22, n. 1, p. 4-64, 2022.

MAGALHÃES, Breno. A teia do silêncio. **Revista Piauí**, São Paulo, ed. 186, mar. 2022. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-teia-do-silencio/>. Acesso em: 20 jul. 2025.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 2. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

NATELINHA. Na TV, padre diz que gays são anormais e critica passistas de samba. **Natelinha**, 12 jan. 2015. Disponível em: <https://natelinha.uol.com.br/noticias/2015/01/12/na-tv-padre-diz-que-gays-sao-anormais-e-critica-passistas-de-samba-84298.php>. Acesso em: 18 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos**. Nova York, 1966.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Convenção Americana sobre Direitos Humanos**. San José, 1969.

PINTO, Joana. **Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidade**. Delta, 2007, p. 1-26.

PLAZA, Joana Maria. **Heróis do cotidiano: mídia, violência e polícia nas cidades do Rio de Janeiro e Nova York**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

RAJAGOPALAN, K. **Por uma linguística aplicada crítica**. 4. ed. Campinas: Editora Pontes, 2003.

ROCHA, D. Identidade, representações e performatividade: palavras, ações e crucificação na Parada Gay em São Paulo. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 19, n. 4, p. 849-870, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/Z7PfYHTxDjGFHCSgkVHB4fy/?lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2025.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). **ADO 26**. Disponível em: <https://www.stf.jus.br>. Acesso em: 22 dez. 2024.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). **RE 1.010.606**. Disponível em: <https://www.stf.jus.br>. Acesso em: 22 dez. 2024.

UNITED STATES. **The Nature and Scope of Sexual Abuse of Minors by Catholic Priests and Deacons in the United States, 1950-2002**. Washington: John Jay College of Criminal Justice, 2004.

TV GLOBO. Pastores evangélicos são acusados de abusar sexualmente de fiéis. **Fantástico**, 04 set. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/09/04/pastores-evangelicos-sao-acusados-de-abusar-sexualmente-de-fieis.ghtml>. Acesso em: 20 jul. 2025.

Recebido em: 07/02/2025
Aceito em: 24/07/2025